

EDITAL Nº 25/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 11.614/2026 EDITAL: Nº 25/2026 LICITAÇÃO: 90025 UASG: 981167	Modalidade: Pregão Eletrônico Critério de Julgamento: MENOR PREÇO, considerando o VALOR POR LOTE. VALOR: ORÇAMENTO SIGILOSO
<ul style="list-style-type: none"> DATA DA DISPONIBILIDADE DO EDITAL: DIA 08/06/2026 ÀS 08h. ABERTURA DA LICITAÇÃO: DIA 22/06/2026 ÀS 09H. ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR	Objeto: Registro de Preços visando a eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de insumos hospitalares (materiais de consumo, perfurocortantes, cirurgia, EPIs, diagnóstico, coleta e soluções), destinados ao suprimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), equipes de apoio e centros de atenção especializada da Secretaria de Saúde Municipal de PíriPíri-PI (SESAM).
Órgão Realizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI Endereço: Superintendência de Licitações e Contratos, Secretaria Municipal de Administração - Av. Deputado Raimundo Holanda, S/Nº - Morro da Saudade; CEP: 64260-000 Horário de expediente: 08:00h às 13:30h (horário local)	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO: CAIO TUPINAMBÁ RODRIGUES LUSTOSA- Portaria Nº 268/2025 -, de 22 de janeiro de 2025. EQUIPE DE APOIO: Deoclécio Freire De Macêdo Júnior, Edinete Carvalho Do Nascimento, Francisca Rafaela Da Silva Eleutério, Holayna Silva Fernandes, Marcus Daniell Alves E Silva, Mirele Suelen Martins Gregório. Portaria Nº 268/2025 -, de 22 de janeiro de 2025.	E-mail: copel.licitacao2021@gmail.com
Valor estimado	Valor global estimad <input type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Máximo <input type="checkbox"/> Referência <input checked="" type="checkbox"/> Sigiloso
Natureza do objeto	<input checked="" type="checkbox"/> AQUISIÇÃO <input type="checkbox"/> SERVIÇO

Participação – MEI / ME /EPP	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06. <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação com justificativa.
Subcontratação	<input type="checkbox"/> Permitida a subcontratação no limite legal de 30% do objeto. <input checked="" type="checkbox"/> Vedada a subcontratação.
OBSERVAÇÃO: Na hipótese de o interessado em participar da licitação tiver dificuldades de localizar o procedimento no Sistema Comprasnet, poderá seguir o procedimento abaixo, indicado pela equipe de atendimento SIASG: Passo a passo: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL > Serviços do fornecedor > /Licitação Eletrônica (Novo) > Todas as Compras > Preencher: Modalidade, Unidade Compradora (981167 – no caso do Prefeitura Municipal de PíriPíri) e Número da Compra > Clicar no botão PESQUISAR > Clicar no botão com três traços (Acompanhar COMPRA) > Clicar em Termo de aceitação. Declaro que cumprio e estou ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação > Clicar no botão Confirmar > Em ITENS clicar na seta ao final para que sejam exibidas mais informações e preencher os campos abertos para ao final clicar no botão SALVAR.	

DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA.		
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	DE DA	<input type="checkbox"/> POR ITEM (lances se darão pelo valor unitário de cada item) <input checked="" type="checkbox"/> POR LOTE (lances se darão pelo valor total de cada lote)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES		<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO POR LOTE <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM, <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> TABELA DE PREÇO PRATICADA NO MERCADO O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de R\$ 0,10 (Dez centavos).
CONSÓRCIO		<input type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, <input checked="" type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
VALIDADE DA PROPOSTA	DA	A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias , a contar da data da abertura da sessão pública.
MODO DE DISPUTA		<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO <input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO

Prefeitura Municipal de Píripíri
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
Processo Administrativo nº 11.614/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Prefeitura Municipal de Píripíri, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação, sediado(a) Centro Administrativo, S/N, bairro Campo das Palmas, na cidade de Píripíri/PI, CEP 64260-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 22/06/2026
Hora Inicial: 09:00

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é para Registro de Preços visando a eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de insumos hospitalares (materiais de consumo, perfurocortantes, cirurgia, EPIs, diagnóstico, coleta e soluções), destinados ao suprimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), equipes de apoio e centros de atenção especializada da Secretaria de Saúde Municipal de Píripíri-PI (SESAM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Nos LOTES haverá a seguinte divisão:

2.7. Considerando que o Catálogo de Materiais e Serviços (CatMat/CatSer) do Compras.gov.br não contempla o nível de detalhamento técnico necessário para a correta especificação do objeto, ou apresenta descrições simplificadas, as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e no Anexo I do Edital são as únicas que definem o objeto do certame e são de observância obrigatória por todos os licitantes, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens

a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4. e 3.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 3.7.4. e 3.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 3.7.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado

por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos §§ [1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.13. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.14. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.17. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e

permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico Compras.gov.br, dos seguintes campos:

4.1.1. Quantidade cotada, que deverá corresponder à totalidade (100%) do quantitativo máximo estimado para o lote no Termo de Referência.

4.1.2. Valor global do lote, expresso em Reais (R\$).

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação de cada lote.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Em consonância com o art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado para esta licitação possui caráter estritamente sigiloso, funcionando como teto oculto de aceitabilidade para o julgamento das propostas.

4.11. Os licitantes formularão suas propostas iniciais e lances sem o conhecimento prévio dos valores de referência da Administração, baseando suas cotações exclusivamente em seus próprios custos e margens comerciais, sendo o orçamento estimado revelado automaticamente pelo sistema Compras.gov.br de forma pública imediatamente após o encerramento da fase de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o critério de julgamento do certame.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote, correspondente à soma de todos os itens e quantitativos que o integram. Caberá ao licitante vencedor, após o encerramento da disputa e abertura do orçamento sigiloso, realizar a proporcionalização

dos seus preços unitários no sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.10. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14.133/21.

5.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

5.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

5.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados e contabilizados automaticamente pelo sistema Compras.gov.br, contados a partir da abertura da convocação da fase de desempate na plataforma.

5.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (notadamente as iniciais não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor total estimado para a contratação constante do orçamento sigiloso, o Pregoeiro deverá revelar o orçamento estimado de referência aos licitantes antes de iniciar a fase de negociação de condições mais vantajosas.

5.21.1. Se todas as propostas ofertadas remanescentes ficarem acima do valor estimado pela Administração Pública, o Pregoeiro obrigatoriamente revelará o orçamento estimado de referência em sessão pública (chat do sistema), mediante ato público devidamente justificado, antes de iniciar a negociação direta de redução de preços, a fim de garantir a isonomia, a transparência e a cooperação mútua no certame.

5.21.2. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, devendo ser observados como critério de aceitabilidade os preços unitários de referência apurados no orçamento sigiloso, os quais serão igualmente revelados na forma do item 5.21.1.

5.21.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do teto orçamentário estimado pela Administração Pública.

5.21.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, por meio da funcionalidade de convocação de anexo no sistema Compras.gov.br, que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da abertura do prazo na plataforma, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, contendo a planilha com a distribuição proporcional dos preços unitários dos itens do lote, acompanhada dos documentos complementares necessários.

5.21.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, apresentada antes de findo o prazo original.

5.22. Após a negociação do preço e a respectiva verificação de conformidade frente ao orçamento revelado, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13 Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para a habilitação são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, sendo exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*). 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da análise cadastral (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN nº 73/2022, art. 39, § 4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação da habilitação jurídica será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial do Governo Federal;

d) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e

arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

f) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no órgão de registro competente onde opera, com a devida averbação no registro da matriz;

h) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

i) os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações posteriores ou da respectiva consolidação contratual.

7.19. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

f) o licitante detentor do menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

g) a existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o fornecedor qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, desde que atenda a todas as demais exigências do edital;

h) constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista para ME/EPP, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor, comprovar a regularização do débito;

i) a não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, com a consequente reabertura da sessão pública para convocação do próximo classificado.

7.20. A comprovação da qualificação econômico-financeira será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (caso não conste na certidão o prazo de validade, será considerado o período de 90 dias contados da data de sua emissão);

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

c) comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

d) as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando facultada a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

e) os documentos referidos nas alíneas anteriores limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

f) os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED;

g) caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do lote correspondente, cujo teto terá sido revelado após a fase de lances;

h) o atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

i) as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, poderão apresentar cópia da declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais ou cópia do livro-caixa com o registro de escrituração da movimentação financeira e bancária, nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.21. A comprovação da qualificação técnica dar-se-á mediante:

a) comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características e natureza com o objeto do lote pretendido, por intermédio da apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público

ou privado.

7.22. Como outras comprovações obrigatórias, o licitante deverá apresentar:

- a) declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação;
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) vigente, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que autorize expressamente a empresa licitante a exercer as atividades de armazenar, distribuir ou comercializar correlatos e produtos para a saúde;
- c) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal competente do local de funcionamento da sede da empresa licitante, comprovando a regularidade operacional do estabelecimento;
- d) Certificado de Regularidade Técnica (CRT) atualizado, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da jurisdição da empresa, comprovando a assistência e a responsabilidade técnica de profissional habilitado em período integral.
- e) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- f) em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações legais do mesmo diploma.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

8.5. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico copel.licitacao2021@gmail.com.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.4.1. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.5.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.7. fraudar a licitação;

10.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.8.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.8.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.8.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato lícitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% a 30% do valor do contrato lícitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: copel.licitacao2021@gmail.com ou na Secretaria Municipal de Administração - Av. Deputado Raimundo Holanda, S/Nº - Morro da Saúde; CEP: 64260-000, nos dias úteis, no horário das 7h30 às 13h00.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação,

nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.piripiri.pi.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III – Modelo de Carta- Proposta para Fornecimento

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

ANEXO VII – Minuta do Termo de Contrato

Piripiri-PI, 29 de maio de 2026.

Caio Tupinambá Rodrigues Lustosa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa para a constituição de Registro de Preços visando a eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de insumos hospitalares (materiais de consumo, perfurocortantes, cirurgia, EPIs, diagnóstico, coleta e soluções), destinados ao suprimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), equipes de apoio e centros de atenção especializada da Secretaria de Saúde Municipal de PíriPíri-PI (SESAM), conforme especificações constantes abaixo

LOTE 01 - CONSUMO E CURATIVOS GERAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA PCT COM 100 UND	PCT	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
2	ALGODÃO HIDROFILO 500 GR	PCT	3500	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
3	ATADURAS CREPE TAMANHO 30CM X 1.80M	UND	400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
4	BANDAGEM POS COLETA DE SANGUE BEGE CX C/500 UND	CX	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
5	DISPOSITIVO PARA TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES	UND	4000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
6	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M	UND	5500	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
7	FITA MICROPOROSA 10MM X 4,5M	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
8	FITA MICROPOROSA 2,5MM X 10M	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
9	FITA MICROPOROSA 5MMX10M	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
10	FITA P/ AUTOCLAVE 19MM X 30M	UND	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
11	GARROTE C/ TRAVA ADULTO	UND	500	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
12	KED - COLETE DE IMOBILIZAÇÃO TORACICA COM FAIXAS E ACESSÓRIOS PARA ATENDIMENTO PRE HOSPITALAR	UND	10	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
13	LÂMINA C/ PONTA FOSCA CX C/50 UNIDADES, COM ESPESSURA 26X76MM	CX	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
14	LAMINA FOSCA LAPIDADA 26X76 MM	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
15	LAMÍNULA 22X22 CX C/ 100 UNIDADES	CX	2000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
16	LANCETA PARA LANCETADOR C/100 UND	CX	1440	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
17	LENCOL DESC C/ELASTICO P/MACA 2,00 X 0,90 C/10	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
18	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 6,5	PAR	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

19	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0	PAR	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
20	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5	' PAR	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
21	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,0	PAR	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
22	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICA TAM G CX C/100 UNIDADES	PAR	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
23	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICA TAM M CX C/100 UNIDADES	CX	5000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
24	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAM P CX C/100 UNIDADES	CX	5000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
25	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAM PP CX /100 UND	CX	5000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
26	MANTA TERMICA TAM (2.10 X 1.40)	UND	100	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
27	MASCARA KN95 (BRANCA)	UND	7200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
28	OCULOS EM ACRILICO TRANSPARENTE P/PROTECAO	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
29	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERELIZAÇÃO 100MM X 100M M	ROLO	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
30	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERELIZAÇÃO 120MM X 100MM	ROLO	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
31	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERELIZAÇÃO 150MM X 100MM	ROLO	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
32	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERELIZAÇÃO 200MM X 100MM	ROLO	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
33	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERELIZAÇÃO 250MM X 100MM	ROLO	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
34	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERELIZAÇÃO 300MM X 100MM	ROLO	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
35	PAPEL LENCOL P/ MACA CLÍNICA 50X50	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
36	PAPEL LENCOL P/ MACA CLÍNICA 70X50	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
37	PAPEL TOALHA 20X21 PCT C/1000	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
38	PRANCHA LONGA ADULTO	UND	5	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
39	PRANCHA LONGA INFANTIL	UND	5	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
40	SACO BRANCO PARA LIXO INFECTANTE 100LT - PCT C/100 UND	PCT	360	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
41	SACO BRANCO PARA LIXO INFECTANTE 50LT - PCT C/100 UND	PCT	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

42	TIRANTES PARA IMOBILIZAÇÃO EM MACA DE AMBULANCIA COM FECHO RAPIDO	UND	150	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
43	TIRAS REAGENTES P/ MEDIÇÃO DE GLICOSE, CAIXA C/50 UND	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
44	TUBO DE LATEX 204 C/ 15 MTS	PCT	120	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
45	ELETRODOS PARA MONITORIZAÇÃO / ECG	UND	500	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
46	KIT PAPANICOLAU G	KIT	14400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
47	KIT PAPANICOLAU M	KIT	14400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
48	KIT PAPANICOLAU P	KIT	14400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

LOTE 02 - PERFUROCORTANTES E INFUSÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
49	AGULHA 13X 4,5 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100 (26 G X 1/2")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
50	AGULHA 20X 5,5 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100(24 G X 3/4")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
51	AGULHA 25 X 0,6 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100(22 G X 1")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
52	AGULHA 25 X 0,7 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100(21 G X 1")	CX	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
53	AGULHA 25 X 0,8 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100 (21 G X 1")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
54	AGULHA 30 X 0,7 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100 (22 G X 1 1/4")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
55	AGULHA 30 X 0,8 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100 (21 G X 1 1/4")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
56	AGULHA 40 X 1,20 ESTÉRIL DESCARTÁVEL P/ SERINGA CX/100 (18 G X 1 1/2")	CX	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
57	CATETER INTRAVENOSO N°14	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
58	CATETER INTRAVENOSO N°16	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
59	CATETER INTRAVENOSO N°18	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
60	CATETER INTRAVENOSO N°20	UND	8000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

61	CATETER INTRAVENOSO N°22	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
62	CATETER INTRAVENOSO N°24	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
63	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
64	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS INFANTIL	UND	150	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
65	EQUIPO MACROGOTAS PARA INFUSÃO INTRAVENOSA	UND	10000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
66	EQUIPO MICROGOTAS PARA INFUSÃO INTRAVENOSA	UND	5000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
67	EQUIPO MULTIVAS 2 VIAS CLAMP	UND	8000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
68	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO BRAUN	UND	100	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
69	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	UND	5000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
70	SCALP TAMANHO 19 G	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
71	SCALP TAMANHO 21 G	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
72	SCALP TAMANHO 23 G	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
73	SCALP TAMANHO 25 G	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
74	SCALP TAMANHO 27 G	UND	12000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
75	SERINGA DE 01ML C/AGULHA 13X4,5	UND	180000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
76	SERINGA DE 03ML C/AGULHA 25X07	UND	180000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
77	SERINGA DE 05ML C/AGULHA 25X07	UND	120000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
78	SERINGA DE 10ML C/AGULHA 25X7	UND	120000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
79	SERINGA DE 03ML, SEM AGULHA	UND	240000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
80	SERINGA DE 05ML, SEM AGULHA	UND	120000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
81	SERINGA DE 10ML, SEM AGULHA	UND	180000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
82	SERINGA DE 20ML, SEM AGULHA	UND	60000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

LOTE 03 - CIRURGIA E SUTURA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
83	ATADURA CREPOM 10X1,20M 13 FIOS C/12	PCT	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
84	ATADURA CREPOM 12X1,20M 13 FIOS C/12	PCT	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

85	ATADURA CREPOM 15X1,20M 13 FIOS C/12	PCT	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
86	ATADURA CREPOM 20X1,20M 13 FIOS C/12	PCT	3500	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
87	CABO DE BISTURI N° 3	UND	360	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
88	CABO DE BISTURI N° 4	UND	360	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
89	COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 09 FIOS 7,5 X 7,5CM PCT C/10 UND	PCT	30000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
90	COMPRESSA GAZE N ESTÉRIL 13 57 FIOS 7,5 X 7,5CM PCT C/500 UNID	PCT	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
91	COMPRESSA GAZE TIPO QUEIJO 91X91 09 FIOS	PCT	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
92	FIO ALGODAO 0-0 S/AG., CAIXA C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
93	FIO ALGODAO 2-0 S/AG., CAIXA C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
94	FIO CAT_GUT CROMADO 0-0 C/AG4C, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
95	FIO CAT_GUT CROMADO 1-0 C/AG4C, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
96	FIO CAT_GUT CROMADO 2-0 C/AG4C, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
97	FIO CAT_GUT CROMADO 3-0 C/AG4C, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
98	FIO CAT_GUT SIMPLES 0-0 C/AG4C, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
99	FIO CAT_GUT SIMPLES 2-0 C/AG4C, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
100	FIO NYLON 0-0 C/AG.4 CM, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
101	FIO NYLON 3-0 C/AG.4 CM, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
102	FIO NYLON 4-0 C/AG 4 CM CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
103	FIO NYLON 5-0 C/AG.4 CM, CX C/24	CX	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
104	LAMINA PARA BISTURI N° 15 C/100	CX	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
105	LAMINA PARA BISTURI N° 20 C/100	CX	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
106	LAMINA PARA BISTURI N° 22 C/100	CX	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
107	LAMINA PARA BISTURI N° 24 C/100	CX	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

LOTE 04 - EPIS E PARAMENTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	-------	-----------	-------------

108	AVENTAL DESCART. C/MANGA CURTA PCT C/10	PCT	1800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
109	AVENTAL DESCART. C/MANGA LONGA PCT C/10	PCT	3000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
110	AVENTAL DESCART. S/MANGA PCT C/10	PCT	1800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
111	CAMPO OPERATORIO 23X25CM PCT C/50	PCT	720	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
112	CAMPO OPERATORIO 45X50CM PCT C/50	PCT	720	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
113	FRALDA DESC ADULTO EXTRA G PCT C/07 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
114	FRALDA DESC ADULTO GRANDE PCT C/08 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
115	FRALDA DESC ADULTO MÉDIO PCT C/08 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
116	FRALDA DESC ADULTO PEQUENA PCT C/7 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
117	FRALDA DESC INFANTIL EXTRA G PCT C/7 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
118	FRALDA DESC INFANTIL GRANDE PCT C/8 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
119	FRALDA DESC INFANTIL MEDIA PCT C/8 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
120	FRALDA DESC INFANTIL PEQUENA PCT C/7 UNID	PCT	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
121	GORROS DESCARTÁVEIS SANFONADA BRANCA CX C/100	PCT	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
122	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA BRANCA CX/50 UNID	CX	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
123	SAPATILHA PROPÉ DESC BRANCA - PCT C/100 UNID	PCT	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
124	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL COM ELÁSTICO PCT C/100 UNID	PCT	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

LOTE 05 - DIAGNÓSTICO E SUPORTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
125	APARELHO DE PRESSÃO MANUAL ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	UND	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
126	CANULAS OROFARINGEA DE GUEDEL N 0	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
127	CANULAS OROFARINGEA DE GUEDEL N 1	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
128	CANULAS OROFARINGEA DE GUEDEL N 2	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
129	CANULAS OROFARINGEA DE GUEDEL N 3	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
130	CANULAS OROFARINGEA DE GUEDEL N 4	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

131	COLAR CERVICAL RIGIDO ADULTO TAMANHO G	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
132	COLAR CERVICAL RIGIDO ADULTO TAMANHO GG	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
133	COLAR CERVICAL RIGIDO ADULTO TAMANHO P	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
134	COLAR CERVICAL RIGIDO INFANTIL	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
135	ESTETOSCÓPIO ADULTO	UND	480	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
136	ESTETOSCÓPIO PEDIÁTRICO	UND	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
137	FLUXÔMETRO	UND	24	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
138	MONITOR DE GLICEMIA	UND	1000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
139	OXIMETRO DE PULSO E DEDO	UND	240	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
140	PAPEL DE ECG, COM GRADE DE IMPRESSÃO DE 216MM X 30M	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
141	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	UND		ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
142	COLAR CERVICAL RIGIDO ADULTO TAMANHO M	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

LOTE 06 - COLETA, RECIPIENTES E SONDAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
143	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
144	BOLSA DE COLOSTOMIA RECORTÁVEL OPACA 64MM	UND	1200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
145	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 03 LITROS	UND	4800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
146	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 07 LITROS	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
147	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
148	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 20 LITROS	UND	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
149	COLETOR DE URINA ADULTO	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
150	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
151	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO	UND	2000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
152	COLETOR UNIVERSAL PLÁSTICO 80 ML	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
153	CUBA REDONDA INOX PARA ASEPSIA 08X3,6CM	UND	200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

154	CUBA RIM CIRÚRGICA EM AÇO INOX 750ML	UND	200	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
155	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 04	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
156	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 12	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
157	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 14	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
158	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 20	UND	6000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
159	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°10	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
160	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°12	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
161	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°14	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
162	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°16	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
163	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°18	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
164	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°20	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
165	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°22	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
166	SONDA FOLEY 2 VIAS TAM N°24	UND	2400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
167	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N°12		4800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
168	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N°14		4800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
169	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N°16		4800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
170	SONDA NOSOGÁSTRICA LONGA N°20	UND	4800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
171	SONDA URETRAL N°04	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
172	SONDA URETRAL N°06	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
173	SONDA URETRAL N°08	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
174	SONDA URETRAL N°10	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
175	SONDA URETRAL N°12	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
176	SONDA URETRAL N°14	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
177	SONDA URETRAL N°16	'UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
178	SONDA URETRAL N°18	UND	18000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
179	TUBO OROTRAQUEAL N° 2.0	UND	10	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

180	TUBO OROTRAQUEAL Nº 2.5	UND	10	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
181	TUBO OROTRAQUEAL Nº 3.0	UND	10	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
182	TUBO OROTRAQUEAL Nº 3.5	UND	10	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
183	TUBO OROTRAQUEAL Nº 4.0	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
184	TUBO OROTRAQUEAL Nº 4.5	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
185	TUBO OROTRAQUEAL Nº 5.0	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
186	TUBO OROTRAQUEAL Nº 5.5	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
187	TUBO OROTRAQUEAL Nº 6.0	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
188	TUBO OROTRAQUEAL Nº 6.5	UND	20	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
189	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7.0	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
190	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7.5	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
191	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8.0	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
192	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8.5	UND	30	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
193	TUBO OROTRAQUEAL Nº 9.0	UND	10	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
194	ALMONTOLIA PLÁSTICA 250 ML	UND	1000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
195	FIXADOR CELULAR CITOLÓGICO 100 ML	UND	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
196	FIXADOR MANUAL PARA FIXAR LAMINA DE EXAME	UND	3600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

LOTE 07 - SOLUÇÕES E ANTISSEPTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
197	SOLUÇÃO DE GLICERINA 1 LITRO	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
198	POVIDINE DERGEMANTE 1000 ML	UND	400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
199	POVIDINE TÓPICO 1000 ML	UND	400	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
200	GEL CONDUTOR CLÍNICO GARRAFA DE 1KG PARA ULTRASSOM	UND	1800	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
201	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM 5 LTS	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
202	FORMOL LIQUIDO 10% GALÃO DE 1000 ML	UND	100	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

203	CLOREXIDINE 2% 1000 ML	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
204	ÁLCOOL 70% FRASCO 1000ML	UND	5000	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
205	ÁGUA OXIGENADA VOLUME 10 AÇÃO ANTISSÉPTICA 1L	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO
206	AGUA P/INJEÇÃO 250ML	UND	600	ORÇAMENTO SIGILOSO	ORÇAMENTO SIGILOSO

1.2. Natureza dos Bens: Os itens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, justificando a adoção da modalidade Pregão, nos termos do Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Enquadramento de Consumo: Em estrita observância ao Princípio da Economicidade e ao Decreto Federal nº 10.818/2021, os objetos desta contratação não se enquadram na categoria de bens de luxo, tratando-se de insumos de natureza essencial e padronizados para o atendimento da rede pública de saúde.

1.4. Vigência e Prorrogação:

1.4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação da vantajosidade, conforme o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. Os contratos de fornecimento decorrentes da Ata observarão a vigência neles estabelecida, podendo ser prorrogados por até 5 (cinco) anos, desde que caracterizada a natureza de fornecimento contínuo para a manutenção das atividades essenciais da SESAM, na forma dos artigos 106 e 107 da citada Lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Amparo Normativo: A presente contratação rege-se pelos ditames da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), observando o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 e as regulamentações locais previstas no Decreto Municipal nº 332/2023. Este arcabouço normativo baliza o certame, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

2.2. Objetivo Estratégico: Este instrumento visa estabelecer as diretrizes técnicas para que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa, sob a ótica da eficácia assistencial e da economicidade. O escopo central é a constituição de Registro de Preços para a eventual aquisição parcelada de insumos hospitalares, destinados a suprir as demandas críticas da Secretaria Municipal de Saúde (SESAM), assegurando que o atendimento à população não sofra solução de continuidade por carência de materiais básicos.

2.3. Alinhamento ao Planejamento Institucional: A aquisição objeto deste termo foi devidamente qualificada como prioridade absoluta no planejamento do exercício vigente. A demanda encontra-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de PíriPíri-PI, em cumprimento ao dever de planejamento prévio estabelecido pelo Art. 12 da Lei nº 14.133/2021, harmonizando a execução orçamentária com as metas de assistência à saúde.

2.4. Finalidade do Documento e Parâmetros de Aceitabilidade: O escopo deste documento é oferecer um referencial técnico robusto para orientar o Pregoeiro na análise das propostas. Fixam-se requisitos mínimos de qualidade e critérios objetivos de aceitabilidade, com o fito de garantir que os serviços e produtos oferecidos atendam aos padrões da ANVISA, mitigando riscos de sobrepreço ou de inexecutabilidade, que poderiam comprometer a execução contratual.

2.5. Garantia da Regularidade e Equilíbrio Contratual: O fornecimento objeto desta licitação deve ser revestido das garantias indispensáveis à manutenção da regularidade assistencial. Busca-se estabelecer um ambiente de contratação que ofereça suporte logístico aos futuros contratados, zelando pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do vínculo, de modo que o fluxo de suprimentos ocorra sem intercorrências que prejudiquem a Administração ou o particular ao longo da vigência pactuada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução para o atendimento das demandas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde de PíriPíri-PI (SESAM) consiste no fornecimento parcelado de insumos hospitalares, cujas especificações técnicas foram selecionadas com base em critérios de eficácia clínica e segurança do paciente.

3.2. A descrição pormenorizada da solução, incluindo a análise de viabilidade técnica e econômica, encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que constitui apêndice indissociável deste Termo de Referência, em estrita observância ao art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. O planejamento desta contratação considerou integralmente o ciclo de vida do objeto, visando à sustentabilidade e à eficiência

na gestão dos recursos públicos, compreendendo as seguintes etapas:

- a) planejamento e especificação técnica: seleção de produtos que atendam rigorosamente aos padrões de qualidade da ANVISA e às necessidades operacionais das 41 unidades de saúde atendidas;
- b) aquisição e logística: utilização do Sistema de Registro de Preços para entregas parceladas, evitando a imobilização desnecessária de capital em estoque e garantindo que os materiais possuam prazo de validade compatível com o consumo planejado;
- c) utilização e controle: distribuição monitorada das quantidades conforme a demanda assistencial demonstrada na memória de cálculo do ETP;
- d) descarte e impacto ambiental: observância das normas técnicas e regulamentares para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), garantindo o descarte final ambientalmente adequado e a mitigação de riscos sanitários.

3.4. As especificações técnicas dos 206 itens que compõem o objeto desta licitação estão detalhadas no catálogo de itens anexo, devendo o Pregoeiro observar, durante a fase de julgamento das propostas:

- a) a obrigatoriedade de apresentação de registro ou cadastro vigente junto à ANVISA para todos os itens que assim o exijam;
- b) a conformidade das embalagens e rotulagens com as normas regulamentares vigentes;
- c) a faculdade de exigir amostras ou catálogos técnicos para a verificação da qualidade e compatibilidade dos materiais, sempre que houver dúvida fundamentada que possa comprometer a execução do futuro contrato.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS E DOS QUANTITATIVOS

4.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de insumos hospitalares destinados a suprir as necessidades operacionais e assistenciais da Secretaria de Saúde Municipal de Píripíri-PI (SESAM), conforme o detalhamento contido neste instrumento e em seus anexos.

4.2. A especificação técnica detalhada dos itens, as unidades de medida e os quantitativos estimados para o período de 12 (doze) meses constam no Catálogo de Itens (Anexo I) deste Termo de Referência.

4.3. Em estrita observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado para esta contratação possui **caráter sigiloso**, não sendo facultada a sua divulgação prévia aos licitantes, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais condições de fornecimento.

a) o sigilo orçamentário visa a preservação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, incentivando a oferta de lances baseados na realidade de mercado e custos próprios dos fornecedores;

b) o valor estimado será tornado público imediatamente após o encerramento da etapa de lances e antes do julgamento da proposta do licitante classificado em primeiro lugar;

c) a informação sobre o valor estimado permanecerá acessível, de forma restrita, aos órgãos de controle e à autoridade competente do Município de Píripíri-PI.

4.4. Os quantitativos apresentados são estimativos, não gerando obrigatoriedade de aquisição total pela Administração, a qual procederá aos pedidos de fornecimento de acordo com a necessidade real e a disponibilidade orçamentária da SESAM.

4.5. Todos os materiais ofertados deverão observar os padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas vigentes e possuir registro ou cadastro ativo junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme a natureza de cada produto.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

5.1. A participação no presente certame será regida pelo critério de **Ampla Concorrência para a totalidade dos lotes**, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam às exigências de habilitação e qualificação técnica estabelecidas no Edital.

5.2. Em que pese o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração deixa de aplicar o benefício da reserva de cotas ou da exclusividade para ME/EPP em determinados lotes, com fulcro nas exceções previstas no art. 49, incisos II e III, da referida Lei, pelas seguintes razões técnicas:

a) **Integridade Logística do Lote:** a divisão dos lotes em subcotas (ampla e reservada) prejudicaria o conjunto da solução buscada pela SESAM, visto que cada lote foi estruturado por afinidade técnica para garantir a padronização e a eficiência na entrega direta nas 41 (quarenta e uma) unidades de saúde do Município;

b) **Preservação da Economia de Escala:** a manutenção da integridade dos lotes visa atrair propostas economicamente mais vantajosas, evitando a elevação de preços unitários que naturalmente ocorreria caso os quantitativos fossem fragmentados em cotas menores;

c) **Continuidade do Serviço Público:** a multiplicidade de fornecedores para um mesmo grupo de itens dentro de um único lote

elevaria o risco de inadimplimento e dificultaria a gestão do estoque assistencial, podendo resultar em desabastecimento seletivo de itens vitais para o atendimento de urgência e emergência.

5.3. Não obstante a adoção da Ampla Concorrência, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte farão jus aos demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, notadamente o direito de preferência no critério de desempate e a possibilidade de regularização fiscal tardia, na forma da lei.

5.4. A decisão pela não aplicação do tratamento diferenciado restrito encontra-se devidamente motivada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), visando resguardar o interesse público primário e a eficiência administrativa na prestação dos serviços de saúde à coletividade.

6. DA PROPOSTA

6.1. A proposta comercial deverá conter a descrição clara e detalhada do objeto, discriminando marca, procedência e demais elementos que identifiquem, de forma inequívoca, as características técnicas e o padrão de qualidade dos produtos ofertados.

6.2. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, mediante solicitação formal da unidade requisitante, devendo o armazenamento e o transporte observar condições rigorosas de conservação e higiene, de modo a garantir a integridade dos insumos, respeitando-se ainda os seguintes requisitos:

a) as especificações técnicas dos materiais entregues devem guardar estrita conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

b) os produtos devem ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou inadequação de conteúdo;

c) as embalagens e rótulos devem conter o número do registro ou cadastro emitido pela ANVISA ou órgão regulador competente, conforme a natureza do material;

d) todos os produtos, nacionais ou importados, deverão apresentar rotulagem em língua portuguesa, contendo as informações obrigatórias previstas no art. 31 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.3. Para fins de controle logístico e fiscalização, o número do lote de fabricação deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal, vinculando a quantidade de cada produto à sua respectiva identificação de origem.

6.4. Quanto à validade dos produtos, deverão ser observadas as seguintes condições no ato da entrega:

a) os itens deverão ser entregues segregados por lotes e datas de vencimento, com o devido detalhamento na Nota Fiscal;

b) o prazo de validade remanescente do produto, no momento da entrega efetiva na SESAM, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do período total de validade estabelecido pelo fabricante, garantindo-se tempo hábil para o consumo e evitando-se o desperdício de recursos públicos.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1. O recebimento dos insumos hospitalares objeto deste Termo de Referência ocorrerá de forma parcelada, mediante as seguintes condições:

a) o prazo para entrega dos materiais será de, no máximo, 10 (dez) dias corridos, contados a partir do envio ou apresentação da Autorização de Fornecimento (AF) ao endereço eletrônico da contratada;

b) a fixação do prazo de 10 (dez) dias fundamenta-se na essencialidade dos materiais para a manutenção do atendimento assistencial e na natureza de "pronta entrega" de tais insumos no mercado especializado;

c) o prazo estabelecido poderá ser prorrogado excepcionalmente, desde que mediante justificativa fundamentada da contratada e aceitação expressa pela Administração.

7.2. A logística de entrega observará os seguintes parâmetros:

a) o material deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde (SESAM), conforme o endereço e as orientações constantes na Ordem de Fornecimento;

b) as entregas deverão ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no intervalo compreendido entre 07h30min e 13h30min.

7.3. O rito de recebimento dos objetos observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021: a) recebimento provisório: ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega do objeto, mediante registro assinado pelo Fiscal do Contrato e pelo preposto da contratada, para fins de posterior conferência quantitativa e qualitativa;

b) recebimento definitivo: ocorrerá em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento provisório, mediante lavratura do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, após a verificação da conformidade técnica e o ateste da nota fiscal.

7.4. Os objetos entregues em desconformidade com as especificações deste Termo ou com a proposta apresentada serão rejeitados, total ou parcialmente:

a) a contratada será notificada formalmente e ficará obrigada a substituir o material recusado no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados do recebimento da notificação acompanhada do respectivo Termo de Recusa;

b) o recebimento, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança e integridade dos produtos fornecidos.

7.5. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde de Píripíri-PI em até 30 (trinta) dias após a protocolização da solicitação de pagamento, que deverá estar instruída com:

- a) nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta), o FGTS (CRF), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Estadual e Municipal;
- c) cópia da nota de empenho e da respectiva Autorização de Fornecimento.

7.6. Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária para crédito em conta corrente indicada pela contratada, observando-se ainda:

- a) a retenção tributária na fonte prevista na legislação aplicável no momento do pagamento;
- b) o tratamento favorecido às empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, condicionado à apresentação de documento oficial comprobatório de enquadramento no regime tributário no ato da liquidação da despesa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da **Contratada**:

- a) efetuar a entrega dos insumos hospitalares em perfeitas condições, em estrita observância às especificações técnicas, quantitativos, prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva nota fiscal;
- b) responsabilizar-se civilmente por quaisquer vícios, defeitos ou danos decorrentes dos produtos fornecidos, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- c) observar rigorosamente os prazos fixados para a execução do fornecimento, garantindo a pronta entrega necessária à continuidade dos serviços de saúde;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- e) indicar formalmente preposto para representá-la perante a Administração e coordenar a execução das entregas;
- f) responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e trabalhistas resultantes da execução do contrato, na forma do art. 121, *caput*, da Lei nº 14.133/2021;
- g) responder pelos danos causados diretamente à Administração Pública Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pela Secretaria Municipal de Saúde (SESAM), conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021;
- h) apresentar, sempre que solicitada, documentação que comprove a procedência, a qualidade e a regularidade sanitária (registro/cadastro na ANVISA) dos produtos fornecidos;
- i) acatar prontamente as instruções, orientações e decisões emanadas da fiscalização do contrato;
- j) observar que a inadimplência em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação, nos termos do art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. São obrigações da **Contratante**:

- a) verificar minuciosamente, nos prazos estabelecidos, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações deste Termo de Referência e da proposta aceita, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- b) comunicar à Contratada, por escrito e de forma tempestiva, sobre eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos insumos entregues, para que sejam adotadas as medidas de substituição ou correção;
- c) designar formalmente o Fiscal do Contrato e seus substitutos para o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- d) exigir da Contratada a comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência do vínculo;
- e) efetuar o pagamento devido no prazo pactuado, após o adimplemento da obrigação e mediante nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização, observadas as retenções tributárias cabíveis;
- f) anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento das obrigações, estabelecendo prazos para as correções necessárias;
- g) abster-se de responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários, trabalhistas ou danos causados por seus prepostos ou subordinados, ainda que vinculados à execução do presente objeto.

9 DA VIGÊNCIA DA ATA, DO CONTRATO E DO REAJUSTE

9.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a contar da publicação do orçamento da Administração, de acordo com o art. 84 da lei nº 14.133/2021.

Considerando a necessidade da aquisição dos produtos, aliada as condições e requisitos necessários para o fornecimento do objeto, manifesto-me de acordo com o presente, pela aprovação do Termo de Referência: Guilherme Antônio Lopes de Oliveira - SESAM

9.2 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

9.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

9.3.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

10. DA JUSTIFICATIVA PARA A AMPLA CONCORRÊNCIA

10.1. A presente licitação será realizada sob o regime de ampla concorrência, facultando-se a participação de quaisquer interessados que preencham os requisitos de habilitação técnica, jurídica, fiscal, social e trabalhista estabelecidos neste Termo de Referência.

10.2. A opção pela não exclusividade de participação e pela não restrição a segmentos específicos de porte empresarial justifica-se pela análise do mercado fornecedor de insumos hospitalares. Trata-se de um setor especializado que congrega uma vasta gama de fabricantes e distribuidores de médio e grande porte, com atuação nacional e capacidade logística para atender de forma contínua e parcelada às demandas da rede pública municipal de PíriPíri - PI.

10.3. A ampliação da competitividade, mediante o chamamento de todos os agentes econômicos aptos a fornecer os produtos, é medida que visa à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em estrita observância ao princípio da competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). A restrição do certame a microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), neste caso, poderia limitar o acesso a fornecedores de insumos de alta escala ou com maior capacidade de entrega rápida, o que impactaria negativamente a continuidade dos serviços de assistência médica, ambulatorial e hospitalar.

10.4. Ressalta-se que a adoção da ampla concorrência não exclui os benefícios previstos pela Lei Complementar nº 123/2006, visto que, durante o certame, será garantido o tratamento diferenciado e favorecido às ME/EPP no que tange ao direito de preferência, à regularidade fiscal e trabalhista tardia e aos demais institutos de incentivo previstos na legislação, assegurando o equilíbrio entre o fomento ao pequeno negócio e a necessidade de eficiência administrativa no provimento dos insumos.

10.5. Portanto, a ampla concorrência revela-se a estratégia mais adequada para garantir o abastecimento regular das 41 (quarenta e uma) estruturas operacionais integradas à Secretaria Municipal de Saúde (SESAM), assegurando a pluralidade de ofertas e, consequentemente, a redução dos preços por meio do acirramento da disputa, sem prejuízo da observância às normas protetivas das micro e pequenas empresas.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, servidor ou empregado público designado pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O Fiscal do Contrato terá a atribuição de verificar o cumprimento das obrigações da Contratada, bem como a qualidade e a conformidade técnica dos insumos entregues, consignando em registro próprio todas as ocorrências observadas, inclusive as falhas na execução, sendo facultado o uso de sistemas eletrônicos para o registro destas informações.

11.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução e do resultado obtido com o objeto, de forma a assegurar o alcance dos objetivos da contratação e a correta aplicação dos recursos públicos.

11.4. A Contratada deverá acatar as orientações do Fiscal do Contrato, sem prejuízo de seu direito de exercer o contraditório e a ampla defesa, caso discorde das determinações exaradas, hipótese em que deverá manifestar-se por escrito à autoridade superior.

11.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

11.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, devendo o Fiscal do Contrato formalizar a ocorrência e encaminhar o procedimento para a autoridade competente para apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. Para fins de transparência e controle, o Fiscal do Contrato deverá validar a conformidade dos produtos entregues através de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo, atestando a Nota Fiscal somente após a constatação de que todos os itens estão em perfeita ordem e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

12.2. A Administração poderá aplicar à Contratada, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções: I – Advertência; II – Multa:

- a) moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% do valor total do contrato;
- b) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total ou rescisão por culpa da contratada;
- III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente para infrações de natureza leve, nos casos em que não se justificar a imposição de penalidade mais gravosa.

12.4. A aplicação de qualquer das sanções previstas não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como não exime a Contratada de arcar com as perdas e danos causados à Administração, independentemente da cobrança de multas.

12.5. O processo administrativo para aplicação de sanções observará o contraditório e a ampla defesa, sendo assegurado à Contratada o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados a partir da data de sua notificação oficial.

12.6. As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos devidos pela Administração ou, na impossibilidade, cobradas judicialmente ou administrativamente, observado o devido processo legal.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
DOTAÇÃO:
10.301.0002.2036.0000 – SUPERINTENDENCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0002.2129.0000 - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
10.301.0002.2027.0000 - PROGRAMA ESTADUAL DE CO-FINANCIAMNETO
10.301.0002.2125.0000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CUSTEIO DAS AÇÕES DO SUS
10.302.0003.2094.0000 - PROGRAMA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR
10.305.0006.2037.0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E EPIDEMIOLOGIA
10.306.0002.2172.0000 - PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
ELEMENTO DE DESPESA:
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS:

500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
600 - TRANSFERÊNCIA DO FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS
604 - TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL ACS
621 – TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO GOV. DO ESTADO
632 - TRANSFERÊNCIA DO ESTADO REFERENTE A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS

Piripiri-PI, 25 de maio de 2026

DANILO COSTA OLIVEIRA
Secretário de Saúde Municipal



participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

3.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

3.7 Dos limites para as adesões

3.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8 Vedação a acréscimo de quantitativos

3.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.3.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso

assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30 do Decreto Municipal n.º 335 de 15 de março de 2024.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista artigo 28, § 3º, do Decreto Municipal nº 335, de 15 de março de 2024

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 27, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal n.º 335 de 15 de março de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto nº 335, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto Municipal nº 335, de 15 de março de 2024).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

ANEXO III

Modelo de Carta- Proposta para Fornecimento

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026 - CPL/PMP
(Processo Administrativo nº XXXXX/2026)

MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Secretaria de Administração do Município de PIRIPIRI Piauí.

Prezados Senhores,

Ref.: **Pregão Eletrônico mencionado** – Comissão Permanente de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01				
02				

Valor total da proposta: R\$ (por extenso)

*** Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência**

- 1.1. A proposta terá validade de xx (xxxxx) dias, a partir da data de abertura do Pregão.
- 1.2. O Prazo de Entrega é de xx(xxxx) dias corridos, a partir da emissão da nota de empenho.
- 1.3. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre a prestação de serviços.

local e data

assinatura e carimbo da proponente

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/2026 - CPL/PMP
(Processo Administrativo nº XXXX/2026)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (xxx), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026 - CPL/PMP
(Processo Administrativo nº XXXXXX/2026)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição

ANEXO VI

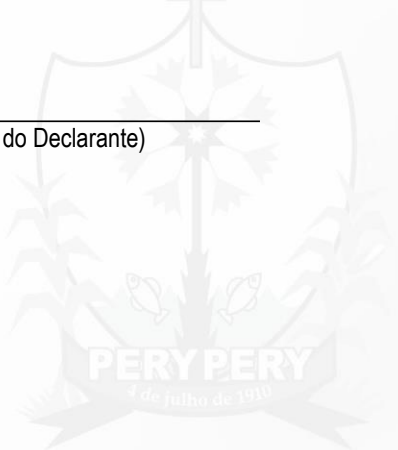
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026 - CPL/PMP
(Processo Administrativo nº XXXXX/2026)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ANEXO VII

Minuta do Termo de Contrato

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026
MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX Registro de Preços visando a eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de insumos hospitalares (materiais de consumo, perfurocortantes, cirurgia, EPIs, diagnóstico, coleta e soluções), destinados ao suprimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), equipes de apoio e centros de atenção especializada da Secretaria de Saúde Municipal de PíriPíri-PI (SESAM)., conforme especificações constantes do termo referente do edital.

Aos XX do mês de XXXXX do ano de dois mil e xxxxxxxxxxxx, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ**, através da **MUNICÍPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante chamada abreviadamente de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.981/0001-55, estabelecida na Av. Dep. Raimundo Holanda, S/N, Morro da Saudade - PíriPíri - PI, neste ato representada pela Sr. Secretário Municipal de Saúde, **Guilherme Antônio Lopes de Oliveira**, portadora do CPF nº xxxx, RG sob nº xxxx SSP-PI, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.º XXXXX/XX, estabelecida na Rua/Av XXXXXXXXXXXX, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas de direito privado, especialmente aquelas constantes na LINDB e, ainda mediante as cláusulas e condições estabelecidas em Edital e no que segue abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços visando a eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de insumos hospitalares (materiais de consumo, perfurocortantes, cirurgia, EPIs, diagnóstico, coleta e soluções), destinados ao suprimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), equipes de apoio e centros de atenção especializada da Secretaria de Saúde Municipal de PíriPíri-PI (SESAM)

.1.1. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANTO	VALOR UNT	VALOR TOTAL

1.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

1.3. Os reajustes e alterações ao Contrato serão formalizados por meio de termo aditivo, sendo possível, de forma excepcional, a antecipação dos seus efeitos contanto que a formalização seja realizada dentro do prazo máximo de 01 (um) mês, de acordo com o art.132 da Lei 14.133/21.

1.4. A CONTRATADA executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os prazos e termos deste contrato e documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante 12 (doze) meses; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas.

2.2 A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

2.3 A forma de entrega será em remessa conforme a necessidade da Secretaria de Saúde Municipal - SESAM, Píripíri – PI, no seguinte endereço: Av. Dep. Raimundo Holanda, S/N, Morro da Saudade - Píripíri – PI.

2.4 O início da entrega dos objetos ocorrerá após a assinatura do contrato, mediante a emissão de requisição e empenho no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

2.5 Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e qualidade dos produtos fornecidos, a CONTRATADA será notificada pelo Gestor/Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

2.6 O prazo de fornecimento dos materiais deverá ocorrer de acordo com solicitação da CONTRATANTE, diretamente na sede Secretaria de Saúde Municipal - SESAM, Píripíri – PI, no seguinte endereço: Centro Administrativo, S/N, Campo das Palmas - Píripíri – PI, mediante a apresentação dos pedidos/requisições emitidas pela secretaria, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

2.7 Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

2.8 A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

2.9 Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, no prazo IMEDIATO, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

2.10 Fornecidos os produtos solicitados, a secretaria, pagará à licitante vencedora o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

2.11 Após fornecimento dos produtos, a Contratada deverá enviar ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura para conferência e aprovação, através do servidor responsável legalmente constituído para este fim;

2.12 Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhadas da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

2.12.1 Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

2.12.2 Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

2.13 A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

2.14 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

2.15 Será designado pela Administração o Fiscal/Gestor do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua.

2.16 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

2.17 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

2.18 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

2.19 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

2.20 Consideram-se aceitos e aprovados os fornecimentos que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório e da entrega da Fatura/Nota Fiscal, que não sejam contestados pela CONTRATANTE, após a emissão da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho. Firmado pela autoridade responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor global do presente CONTRATO é de R\$ **XX,XX (por extenso)**, para todo o período de sua vigência, conforme valores expressos na proposta vencedora.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
DOTAÇÃO:
10.301.0002.2036.0000 – SUPERINTENDENCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0002.2129.0000 - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
10.301.0002.2027.0000 - PROGRAMA ESTADUAL DE CO-FINANCIAMNETO
10.301.0002.2125.0000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CUSTEIO DAS AÇÕES DO SUS
10.302.0003.2094.0000 - PROGRAMA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR
10.305.0006.2037.0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E EPIDEMIOLOGIA
10.306.0002.2172.0000 - PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
ELEMENTO DE DESPESA:
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS:
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
600 - TRANSFERENCIA DO FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS
604 - TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL ACS
621 – TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO GOV. DO ESTADO
632 - TRANSFERÊNCIA DO ESTADO REFERENTE A CONVÊNIOS E INSTRUMENTO

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.1.1. Por se tratar de fornecimento contínuo de bens, o prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, desde que haja manifestação formal e motivada da Administração demonstrando o interesse público, a vantajosidade econômica da manutenção do contrato e a concordância expressa da Contratada.

5.1.2. Toda e qualquer dilação do prazo de vigência deverá ser formalizada obrigatoriamente por meio de Termo Aditivo, cuja celebração deverá ocorrer antes do encerramento do período de vigência original, sob pena de extinção de pleno direito do contrato, sendo expressamente vedada a prorrogação automática ou tácita.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E TÉRMINO DO CONTRATO

6.1. O presente Contrato se extingue com o termo final disposto na Cláusula Quinta, salvo se houver prorrogação através de aditivo, mas poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer uma das partes ou mediante a emissão de aviso prévio de no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, com prova de recebimento, ou no caso de ocorrer entendimento pela não obrigatoriedade de entregar o objeto.

Parágrafo Primeiro – dos Outros Casos de Rescisão

6.2. Haverá, ainda, rescisão do presente contrato, a critério da parte interessada, na ocorrência:

a) Por inadimplemento;

- b) Desobediência à Cláusula Sexta;
 - c) Impossibilidade ou recusa da CONTRATADA em dar continuidade na realização do fornecimento;
 - d) Na hipótese de transferência da execução deste contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
 - f) Na ocorrência de qualquer motivo previsto nos arts. 137 da lei nº 14.133/21.
- 6.3. Nos casos de extinção, previstos nesta cláusula, serão observados os procedimentos previstos nos arts. 138 e 139 da lei nº 14.133/21, no que couber sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;
- 7.5. Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- 7.6. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;
- 7.7. Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
- 7.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;
- 8.3. Observar os prazos para a execução do fornecimento;
- 8.4. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos produtos na Diretoria Administrativa, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput;
- 8.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta Fundação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos itens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Secretário Municipal de Saúde de Píripíri, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;
- 8.8. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
- 8.9. Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- 8.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º.

CLÁUSULA NONA – CLÁUSULA DERROGATIVA

- 9.1 A Contratada se obriga a manter, durante a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA - DO INADIMPLEMENTO

- 10.1 O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após a ocorrência, pela parte prejudicada à infratora, a fim de que esta providencie a devida regularização no prazo de 24 (vinte e

quatro) horas, sendo que a não regularização implicará na imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA inadimplente, total ou parcialmente, ficará sujeita às sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) multa de 0,3% por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado do prazo, além de receber multa de 10% calculados sobre o valor do contrato;
- c) impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, cumulativamente ou não, qualquer das medidas acima, a seu critério, não obstante que o contrato seja rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

12.9 Os preços poderão ser revisados, nos termos da legislação vigente, respeitando sempre, o princípio constitucional e legal do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, conforme Art. 124 da lei nº 14.133/21.

12.9.1 A CONTRATADA deverá indicar fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis;

12.9.2. Instruir o pedido com parecer contábil, se possível;

12.9.3. Não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao instrumento convocatório ou ao Contrato, apresentando documentos comprobatórios dos fatos alegados;

12.9.4 Instruir o pedido de reequilíbrio econômico financeiro com parecer contábil, planilha de custos, documentos que comprovem a recomposição dos preços, comprovante de fatos imprevisíveis; comprovante de fato previsível com consequências imprevisíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1 Faz parte deste contrato, o edital do Pregão Eletrônico Nº XX/2026, Processo Administrativo nº XXX/2026 e seus anexos e a proposta da Contratada, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO

16.1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros

decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

16.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCO – ANEXO V.

16.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO V.

16.4. A MATRIZ DE RISCOS – ANEXO V constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União e PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas conforme dispõe o Art. 91, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de PIRIPIRI, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

19.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Piripiri-PI, xxx de xxx de 2026.

SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL
CNPJ Nº 10.479.981/0001-55
GUILHERME ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA
- SECRETÁRIO MUNICIPAL -
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 _____ RG/CPF _____
2 _____ RG/CPF _____